

Estou falando de um coronel da Polícia Militar, da minha turma, o general Geraldini, que criou o projeto do Proerd. Nunca falaram o nome dele, ninguém fala. Mas muitas crianças, de São Paulo inteiro vão fazer esse curso do Proerd. E muitos não se aproximaram da droga, aprenderam a falar “não” na escola, com a Polícia Militar.

Mas o nosso grande Supremo Tribunal Federal se acha no direito de liberar o uso da maconha. E todo mundo fica quieto. As grandes televisões batem palma, acham normal, acham tudo natural. Acham natural que se libere a maconha. E depois vem o que, a cocaína? Depois é o crack?

Está aí a Cracolândia, um monte de zumbis nas ruas. E custeando o tráfico. Então, veja a briga do governador Tarcísio, das Polícias Civil e Militar, para tentarem acabar com a Cracolândia, verem se conseguem.

O que é o viciado? Esse é o viciado, que mata o pai, mata a mãe e rouba todo mundo na casa, pela droga. Ele é dependente. Quando a pessoa fica dependente de qualquer droga, ela não tem por onde... Ela depende da droga. A droga manda nele. Então, não dá para entender isso - como é que o Supremo Tribunal Federal libera o uso da maconha? Qual o interesse disso aí?

Nós aqui proibimos o uso do cigarro no restaurante, porque existe aquele que acaba fumando passivamente. Ele adquire doenças porque o outro fuma do lado dele. E agora a gente vê uma determinação dessa vindo lá do Supremo: é liberado o uso da maconha.

E por que não da cocaína? E por que não da K9, que tem agora e que deixa o cara louco? Por que não libera o crack também? Qual a diferença de uma droga para outra? E não sou só eu quem fala; quem fala é o médico.

Eles não consultam o médico, não consultam nada? Simplesmente decidem que a partir de agora vai ser liberado o uso da maconha. A criança, o jovem, vai entender isso aí?

Vai entender por que aquilo é pernicioso para ele? Que ele vai ficar viciado, que pode levar a outros vícios? A cometer crime, até, com isso, como muitos cometiam na minha época, em que era só maconha, e muitos caíam no mundo do crime pela maconha?

Então, fica aí: enquanto uns tentam defender com a Proerd, da Polícia Militar, afastando as crianças, os jovens das drogas, o Supremo libera o uso da maconha na cara dos senadores e deputados federais da nossa república.

Bye-bye, Brasil.

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Deputado Paulo Correa Jr tem a palavra.

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado. Eu gostaria de registrar apenas que temos aqui hoje no plenário a visita de três vereadores de regiões diferentes do nosso estado de São Paulo.

Primeiro, o vereador Ita, que é lá da cidade de Ubatuba, que vem aqui visitar, trazer as demandas do município. E também cumprimentar os dois vereadores: Gerson, da cidade de Registro, e o vereador Beto. Gerson que já foi presidente da Câmara, também, trazendo as demandas ali do Vale do Ribeira. Então, é um prazer receber os vereadores aqui.

Essa era a comunicação, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Muito obrigado, deputado Paulo Correa Jr. Sejam muito bem-vindos os vereadores que aqui nos visitam. Tem a palavra a deputada Marina Helou, da Rede. Pois não.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Presidente, muito obrigada pela palavra. Eu gostaria de solicitar para falar pelo Art. 82, como liderança da Minoria, por favor.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Vossa Exce-lência pode se dirigir à tribuna. Com o maior prazer, vamos ouvi-la.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - PELO ART. 82 - Treze anos. O que são 13 anos? Para muitos dos meus colegas aqui, é um pedaço da sua carreira de políticos, são três mandatos.

Treze anos, da perspectiva neurológica, é o início de uma fase única do desenvolvimento do cérebro; 13 anos, para o ECA, nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, é uma fase de total proteção e direito ao desenvolvimento daquela criança. Treze anos é, segundo a nossa Constituição Federal, pelo Art. 237, a nossa prioridade absoluta.

Para a mãe do Thiago, 13 anos era a vida todinha dela... contada em anos, 13 anos era a idade do Thiago, uma criança que foi assassinada pelo estado, no Rio de Janeiro.

Como presidente do Comitê Paulista de Prevenção do Homicídio de Crianças e Adolescentes, eu não posso deixar de me indignar, eu não posso deixar de vir registrar o quão absurdo é essa situação. Uma sociedade que assassina suas crianças, assassina não só o seu futuro, mas também o seu presente.

Como presidente do Comitê Paulista de Prevenção do Homicídio de Crianças e Adolescentes, a gente não pode achar normal, a gente não pode naturalizar um velório com as crianças chorando o seu amigo. A gente não pode naturalizar a perda dessa mãe, que teve seu filho brutalmente assassinado, uma criança de 13 anos.

É por isso que a gente tem que lutar todos os dias para que os direitos das crianças e adolescentes sejam direitos para todos, para que esse genocídio acabe e para que a gente coloco os direitos das nossas crianças e adolescentes entendendo que o homicídio é a última violência de uma cadeia de violências a que elas são expostas todos os dias.

Nós vamos continuar lutando para que o estado de São Paulo zere o número de assassinatos de crianças e adolescen-tes, para que o Estado não assassine nunca mais nenhuma criança ou adolescente.

Mas isso não pode ser só no estado de São Paulo, isso tem que ser no Brasil inteiro e eu quero registrar aqui a minha solidariedade à família do Thiago, à mãe do Thiago e ao próprio Thiago.

Dito isso, eu queria também comentar, presidente, é uma honra ter o senhor senador presidindo a sessão aqui junto com a gente, ter o senhor como colega e a oportunidade de aprender tanto. Então é um prazer poder estar compartilhando essa tribuna e esse plenário com o senhor.

E queria registrar também o meu repúdio à decisão do Governo do Estado de não aderir ao PNDL, o Programa Nacional do Livro Didático, que é exatamente um programa para dar mais oportunidade para as nossas crianças e adolescentes.

O livro didático é um livro de qualidade que está disponível para que as nossas crianças e adolescentes tenham melhor acesso à Educação e tornar toda a decisão da sexta a nona série apenas um material digital é privar as nossas crianças do acesso ao livro, é ampliar a desigualdade.

E aqui não é ser contra a tecnologia, mas é olhar o que os dados e as evidências nos dizem. O acesso às telas às crianças e adolescentes tem sido um grande caminho para a depressão, para doenças e para perda da qualidade da aprendizagem.

O que eu quero dizer aqui não é sobre ser contra a tecnologia, é sobre como que a gente olha o que realmente funciona. Não é à toa que os maiores executivos de tecnologia do mundo, os donos do Facebook, do Google, do Instagram, das maiores empresas de tecnologia do mundo, privam os seus filhos de acesso indiscriminado a telas.

As crianças precisam de acesso ao livro, porque isso faz parte do desenvolvimento cognitivo delas. Os nossos dados em evidência mostram isso. Tirar o acesso ao livro das crianças e adolescentes e disponibilizar unicamente material digital é aumentar a desigualdade, é retroceder em direitos que as nos-sas crianças já tinham. E é burro do ponto de vista de políticas públicas, é abrir mão de 120 milhões de reais para o nosso Estado, para as nossas crianças.

Eu espero que a gente volte atrás também nessa decisão absurda e a gente entenda que sim, tecnologia é e pode ser

muito boa para as nossas escolas e para o desenvolvimento dos nossos jovens, mas ela não pode ser o único canal e ela não pode ser usada indiscriminadamente. Pedagogicamente é importante as nossas crianças terem acesso ao livro e a gente vai continuar fazendo essa defesa aqui nesse plenário.

Por fim, eu subo aqui hoje, Sr. Presidente, para falar de um tema que eu não sei se o senhor sabe, Suplicy, que é o Índice de Transparência e Governança Pública. Barba, o Índice de Transparência e Governança Pública é o índice da transparência internacional, que olhou as diversas casas legislativas e que colocou um ranking em que a nossa Assembleia ocupa a dis-tante nona posição. Faltam 13 pontos para a gente mudar de classificação para bom e 28 pontos para sermos a Casa mais transparente do Brasil.

Volto aqui para falar mais sobre ideias de como a gente pode avançar para transparência, como que a gente pode avançar, que a Assembleia mostre o caminho de aproximar as pessoas da política e de ser, de fato, uma Casa transparente. Esse índice é um bom caminho para isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Meus cumprimentos à deputada Marina, sobretudo pela sua defesa do livro didático. Agora vou chamar o deputado Teonílio Barba, por permuta com o deputado Enio Tatto, para o tempo restante do Grande Expediente desta sessão.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente deputado Eduardo Suplicy. Quero agradecer ao deputado Enio Tatto pela permuta de tempo para que eu possa usar a tribuna neste dia de hoje.

Presidente, eu subo a esta tribuna... Primeiro quero cumprimentar o deputado Conte Lopes, o deputado e presidente Suplicy, a deputada Marina Helou e todos os deputados presen-tes nesta Casa.

Sr. Presidente, eu subo a esta tribuna no dia de hoje primei-ro para agradecer. O dia de ontem aqui foi importante, não é, Conte? Nós aprovamos 46 projetos de deputados e deputadas, o que era um compromisso do presidente desta Casa. Agora falta mais uma leva de deputados, mais 41 deputados, para completar o conjunto dos 94 deputados.

Então nós aprovamos aqui ontem um PL meu que trata do Dia da Consciência Negra, de estabelecer feriado dia 20 de novembro aqui no estado de São Paulo. Já existem hoje, Conte, cinco estados que têm o dia 20 de novembro como feriado: o estado de Alagoas, o estado do Amapá, o estado Amazonas, Mato Grosso e Rio de Janeiro, e agora é o trabalho de conven-cer o governador a não vetar o projeto.

Foi um projeto aprovado por unanimidade nesta Casa, nin-guém fez um destaque, porque é o dia que homenageia o povo negro, que lutou muito para quebrar e derrubar uma sociedade escravocrata, uma sociedade que escravizou, que matou, e não fomos nós aqui, foi a elite brasileira, os donos de terras, os latifundiários, os grandes fazendeiros. Desde as capitânicas hereditárias o Brasil teve isso, e foi um dos últimos países a derrubar a escravidão.

Então o dia 20 de novembro é um dia importante porque é o dia em que a gente comemora a morte de Zumbi, é o Dia da Consciência Negra. Então é um dia importante para que a gente possa discutir a tradição do nosso povo negro.

Eu sou neto de escravizado e neto de bugre; na verdade sou mestiço, e mais de 50% da população brasileira é isso. Somos descendentes da nossa mãe África. Então é um projeto que, para mim, foi muito importante.

Quero agradecer ao meu líder, Paulo Fiorilo, que ontem liderou aqui a nossa bancada para que todos esses projetos pudessem ser aprovados.

Eu tenho uma relação muito forte com o movimento sin-dical, com o movimento negro, com a economia solidária, com os movimentos sociais, com vários movimentos, movimento de moradia, com vários movimentos que nós temos da sociedade civil organizada, que luta contra as injustiças neste país e neste estado, que luta por maior dignidade, que luta pelo bem-estar social dos povos mais pobres e dos povos tradicionais e originários.

Faço parte dessa luta juntamente com todos esses movi-mentos. Então para mim foi um projeto importante. Vários deputados pediram para subscrever o projeto, para anexar outros projetos, e nós não impedimos isso. Quem quis assinar, quem quis ser coautor, quem quis anexar projeto, nós falamos que podia, que não tinha problema nenhum.

Aliás, eu preferia que fosse um projeto dos 94 deputados desta Casa o do Dia da Consciência Negra no estado de São Paulo, decretando feriado no estado de São Paulo. Espero que o governador Tarcísio tenha bom senso e não vete esse projeto, porque aqui a gente aprova um projeto e acaba ganhando um veto. Então uma primeira parte da minha fala era isso.

A segunda parte da minha fala, neste um minuto que me resta, é para dizer do dia 24 de agosto. No dia 24 de agosto, a Central Única dos Trabalhadores comemora 40 anos da sua fun-dação. Foi uma data importante, quando nós criamos a Central Única dos Trabalhadores para dialogar com os trabalhadores do campo e da cidade.

Aliás, eu respeito todas as centrais sindicais, tenho uma boa relação com elas. Mas felizmente, essa data é a data de aniversário da Central Única dos Trabalhadores, que vai realizar o seu congresso, que começa exatamente no dia 25 de agosto. Começa o Congresso Estadual da CUT, o Cecut.

Eu estarei lá, presente, porque faz parte da minha história a criação dessa Central. Então eu quero parabenizar desde já todos os companheiros e companheiras da luta e do movimento sindical.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente, e desejo um bom trabalho a todos.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para falar pelo Art. 82.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Meus cumprimentos, deputado Teonílio Barba. Agora passo a palavra, pela ordem, ao líder do Partido dos Trabalhadores, deputado Paulo Fiorilo, pelo Art. 82. Tem a palavra, na tribuna, por favor.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, deputado Eduardo Suplicy, deputados que estão nos acompa-nhando, ou no Plenário ou ao vivo, assessoria das bancadas, aqueles que nos acompanham pela Rede Alesp, eu pedi para usar esse Art. 82, deputado Teonílio Barba, porque eu estou muito preocupado com o que está acontecendo no estado de São Paulo, especificamente em duas áreas: na Saúde, mas que eu não vou tratar hoje, e a outra área é a Educação.

O senhor sabe, eu sou professor da rede pública municí-pal, sou professor concursado. Nós temos acompanhado, nos últimos meses, decisões da Secretaria de Educação que são no mínimo, no mínimo, equivocadas e absurdas. Deputado Conte Lopes, que tem uma experiência no Parlamento muito larga, muito longa, não sei se o senhor teria como relembrar episódios como este que eu vou relatar aqui.

Primeiro, a discussão de tirar dinheiro da Educação. Dez bilhões serão retirados da Educação. Deputado Teonílio Barba, Conte Lopes, Eduardo Suplicy, eu nunca vi isso na minha vida, em que pese a minha vida seja curta, do ponto de vista político, mas eu li, eu estudo, eu olho o que aconteceu no País, no mundo.

A Secretaria da Educação vai abrir mão de dez bilhões. É justo dar para a Saúde? Claro que é justo. A situação da saúde é grave, pra não dizer que é gravíssima. A saúde no estado está na UTI.

Agora, o estado tem dinheiro, poderia retirar dos cofres para poder entregar para a Saúde, ou o governador se espelha no prefeito desta cidade, que guardou dinheiro para agora asfaltar a cidade toda, para tentar melhorar a sua imagem ou tentar disputar a eleição?

Só pode ser isso, né? Porque ninguém deixa se enganar, porque o que nós estamos vendo na cidade de São Paulo é isso: o prefeito guardou, guardou, guardou, guardou, guardou dinheiro... O PT denunciou, a oposição denunciou e, agora, abriu os cofres para gastar com asfalto. É a eleição do asfalto.

Bom, se isso já não bastasse, o secretário da Educação resolve acabar com os livros físicos. Deputado Barba, sabe qual é o argumento, na real? O atual secretário lá no Paraná conse-guiu colocar um livro único para toda a rede e queria fazer a mesma coisa aqui. Só que aqui tinha uma consulta em ande-mento, e ele percebeu que ia perder a consulta. Então, antes de perder a consulta, ele resolveu acabar com os livros.

Quem queima livros, a gente sabe que, na história, ficou marcado como negacionista, como nazista, como fascista. Os livros são as coisas mais importantes que nós temos. Aí, começa no recuo: “Não, não, calma, não foi bem assim. Nós vamos imprimir as apostilas”. Depois, mais um recuo: “Vamos também encadernar”.

Deputado Conte, o senhor deve se lembrar que a Assem-bleia extinguiu a gráfica do Estado que publicava o “Diário Oficial”. Extinguiu... Portanto, o Estado não tem mais gráfica. Aliás, o Estado não tem mais gráfica por uma opção do governo anterior, e agora vai ter que ter gráfica para poder imprimir, encadernar as apostilas, e é o conteúdo deles, o que nos deixa muito temerários.

Agora, a de hoje, a mais nova. Os pais de alunos e os professores tiveram uma surpresa nos seus celulares. Não foi dinheiro, não foi PIX, que nem teve o ex-presidente. Não foi, porque se tivesse, estava todo mundo feliz. Foi um aplicativo que a Secretaria instalou nos celulares sem autorização.

Deputado Barba, eu vou dizer ao senhor, ou esta Assem-bleia começa um processo para trazer o secretário de Educação, para pressionar, ou nós vamos terminar esse governo, na área da Educação, no pior dos mundos e na pior das avaliações. É inadmissível. Recuou de novo. Deve ter sido um engano.

Esse governo vive de engano e eu nem falei aqui do que aconteceu no Guarujá, das câmeras dos policiais que agora sumiu imagem, câmera quebrada. Eu só queria lembrar aqui que ou o governo governa com seriedade, dizendo o que quer fazer, para onde vai, ou nós corremos um sério risco de não termos aqui uma perspectiva de futuro para as nossas crianças, em especial neste momento na Educação.

Muito obrigado, senhor presidente, e espero que o gover-nador tenha a clareza e a necessidade de encaminhar na Educa-ção as questões da forma mais séria possível, porque até agora não tem sido sério, infelizmente.

Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Meus cum-primentos, deputado Paulo Fiorilo, pela defesa do livro didático, e tem a palavra.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, havendo um acordo de lideranças, e tenho certeza que o deputado Barba também concorda, eu solicito o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLICY - PT - Havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levanta-dos os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Meus cumprimentos a todos.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 07 minutos.

10 DE AGOSTO DE 2023 78ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: REIS, CARLOS GIANNAZI, SIMÃO PEDRO e CONTE LOPES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - REIS

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

5 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - SIMÃO PEDRO

Assume a Presidência.

7 - FABIANA BARROSO

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - EDUARDO SUPLICY

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - PRESIDENTE SIMÃO PEDRO

Cumprimenta a vereadora de Americana, Professora Juliana, presente no plenário.

10 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

13 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

14 - CARLOS CEZAR

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - CONTE LOPES

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

16 - CONTE LOPES

Assume a Presidência.

17 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

18 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

19 - PRESIDENTE CONTE LOPES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 11/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Reis.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Presente o número regi-mental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início ao Pequeno Expediente, chamamos o primeiro orador, deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, deputados presentes, pessoas que nos acompanham, trabalhadores desta Casa e quem nos acompanha pela Rede Alesp.

Eu gostaria, Sr. Presidente, em primeiro lugar, de mandar uma saudação, um abraço e força na luta para os servidores do Centro Paula Souza, professores, servidores das Etecs e Fatecs que, neste momento, estão em greve, uma greve em que eles exigem melhores salários, mas também uma estruturação adequada da carreira e um melhor tratamento para os cursos do Centro Paula Souza para a comunidade.

Infelizmente, no último período que a gente tem visto, há um fechamento de salas de aula. A direção do Centro Paula Souza alega que não tem pessoas suficientes inscritas.

Então, cursos que têm 40 pessoas inscritas têm as salas de aula fechadas e o resultado é que, infelizmente, a gente vê equipamentos se deteriorando, de mecânica, e outros tantos equipamentos. A nossa codeputada Sirlene Maciel é professora da Etec.

Então, quero desejar muita força na luta, nessa mobili-zação, e o desejo de que essa greve seja vitoriosa. Inclusive, quero dizer que eles podem, integralmente, contar com nosso mandato nessa luta.

Queria também, Sr. Presidente, falar sobre um outro fator que tem me preocupado desde o final de julho, antes mesmo do retorno desse recesso, que é a situação do projeto “Meninos e Meninas de Rua”, da cidade de São Bernardo do Campo.

Explicando para as pessoas que nos acompanham, o pro-jeto “Meninos e Meninas de Rua” é um projeto que existe na cidade de São Bernardo do Campo, localizado no centro de São Bernardo do Campo, e que atende centenas de crianças em situação de vulnerabilidade extrema. Então, crianças em situação de rua, sim, mas também moradoras de diversas comunidades.

O projeto “Meninos e Meninas de Rua” tem uma sede, essa sede é uma sede cedida pela Prefeitura de São Bernardo há anos, desde a década de 90. Então, o projeto existe desde a década de 80 e a sede existe no mesmo lugar desde a década de 90.

A importância do projeto “Meninos e Meninas de Rua” é tamanha que eles ajudaram na construção do ECA. Tem artigos do ECA que foram escritos pelos diretores do projeto. O Mano Brown, do Racionais Mc’s, já foi presidente do projeto “Meni-nos e Meninas de Rua”. E no final de julho foi julgada uma ação no Tribunal de Justiça - eu acompanhei o julgamento pre-sencialmente -, a pedido da prefeitura, que revoga e determina o despejo do projeto na sede em que eles estão.

Nós estamos muito preocupadas com isso. Nós estamos tentando diálogo - não só eu, mas outros parlamentares desta Casa - com o prefeito Orlando Morando, de São Bernardo. O que o prefeito pretende fazer é colocar na rua um projeto que atende crianças em situação de extrema vulnerabilidade sem deixar nenhuma alternativa.

O prefeito disse que vai fazer no lugar ou um equipamento para adultos em situação de rua ou um equipamento para idosos, que precisa daquela sede por esse e por aquele motivo. Infelizmente, o prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, tem liquidado patrimônio público da cidade; vendeu o prédio da Secretaria de Educação para uma construtora. Nada nos garante que a sede do projeto “Meninos e Meninas de Rua”, localizado no centro de São Bernardo, na Rua Jurubatuba, não vai passar pela mesma coisa. E o que nós temos, infelizmente, é a solução dada pela prefeitura, que nada mais é do que mandar para a rua um projeto que tem esse gabarito, essa história e que atende mensalmente, sema-nalmente, anualmente, centenas e até milhares de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

Eu tive contato com pessoas que não têm outro lugar para tomar banho que não seja o projeto. Pessoas que comem e se alimentam a partir da cesta básica que ganham do projeto.

Eu pergunto inclusive ao prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, se ele está preparado para receber essa demanda de pessoas que atualmente recebem cestas básicas e alimentação no projeto “Meninos e Meninas de Rua” e que agora vão ser encaminhadas para o Cras.

A orientação que nós demos para o projeto é: mandem todo mundo para o Cras, porque se a prefeitura acha que vai fechar equipamento que cumpre a função social, um papel importantíssimo na cidade, que esteja preparada para receber essas pessoas e esse contingente...

Eu tenho certeza que a prefeitura de São Bernardo do Campo não está preparada. Mas agora, para encerrar, eu digo que o que mais me preocupa, Sr. Presidente, é que está havendo uma perseguição do prefeito contra os lutadores da cidade. Os diretores do projeto “Meninos e Meninas de Rua” agora estão sofrendo um processo criminal por calúnia, difamação, um pedi-do de repostas por parte do prefeito.

Isso é um grande absurdo! O prefeito, além de fechar o projeto, agora quer perseguir os lutadores e lutadoras da cida-de. Então eu deixo aqui também a minha imensa solidariedade, o comprometimento.

Dizer que nós estamos juntos na luta contra a reintegração do projeto e contra a criminalização dos lutadores. Então deixo o meu forte abraço ao Marquinhos e a Fabíola e dizer que eles não estão sozinhos nessa luta.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Muito bem, deputada Paula. Seguindo a lista no Pequeno Expediente, deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente desta sessão, nobre deputado Reis, deputadas e deputados que se encontram aqui, sras. funcionárias, srs. funcionários e o público que nos acompanha pelas redes, pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, também me como aqui aos deputados que já falaram em outros momentos; estava ouvindo a deputada Paula.

A minha solidariedade às professoras, aos trabalhadores do Sistema Paula Souza, das escolas técnicas estaduais, das Fatecs, Etecs e a minha solidariedade ao sindicato Sínteps, que desde terça-feira deflagrou uma greve reivindicando melhores condi-ções de trabalho, reposição inflacionária - não é nem reajuste -, o bônus que é reivindicado também.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

Ou seja, uma série de situações que esses trabalhadores

veem outras categorias conquistarem e eles não.

Eu não sei, a impressão que a gente tem é que o governo Tarcísio está querendo abandonar, enfraquecer o Sistema Paula Souza, que é um... Vamos dizer assim de tudo que se construiu neste Estado...

E olhe que a gente é muito crítico às políticas que os governos tucanos fizeram, mas o sistema Paula Souza é um sistema que a gente defende. É muito importante ter ensino técnico, tecnológico.

Todos os municípios querem ter uma escola dessa perto. Mas parece-me que o governador está apertando, apertando, naquela linha de ir sucateando. Até está falando em oferecer cursos técnicos nas escolas regulares estaduais.

Então toda a nossa solidariedade aos professores e aos trabalhadores que justamente estão fazendo esse movimento. Espero que eles possam vir aqui também dialogar, fazer alguma audiência pública, porque nós podemos construir, deputado Giannazi, com eles aqui, para a gente tentar sensibilizar o governo.

Esta Assembleia já votou aumento para o governador, aumento, reajuste, para os deputados, para os policiais, para o funcionalismo de maneira geral; mas os trabalhadores e traba-lhadoras professores do Sistema Paula Souza não receberam.

Então todo o nosso apoio, toda a nossa solidariedade a essa categoria tão importante, tão valorizada pela população, pelos alunos. Dizer para os alunos: este momento de paralisa-ção pode ser que prejudique, mas, não: se